

## O poder do discurso de submissão: reflexões sobre as práticas discursivas na esfera da administração setecentista

MUNHOZ, RENATA  
FERREIRA  
renatamunhoz@usp.br

Pós-Doutoranda em Linguística com ênfase em Linguística Histórica  
Universidade de São Paulo - Brasil

**PALAVRAS-CHAVE:**

*ethos*;  
Filologia;  
Análise do Discurso;  
manuscritas setecentistas;  
avaliatividade.

**RESUMO:** Analisa-se o emprego do poder no discurso oficial produzido na administração pública do Brasil colonial no período de 1765 a 1775, quando o Morgado de Mateus governou São Paulo. Estudam-se cartas manuscritas que compuseram a documentação pública enviada dessa capitania a Portugal, sobretudo ao Marquês de Pombal. Observando-se as formas como o poder é “exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado” (Dijk, 2012, p. 39) nos discursos políticos da segunda metade do século XVIII, nota-se que se ultrapassava a proposta de meramente comunicar as ocorrências locais e solicitar orientações. Nesses discursos havia o cuidado com a manutenção de seu *ethos* do autor, o que legitimava o poder das autoridades políticas europeias no Brasil colonial. Dentre as características do discurso coevo, nota-se a “vassalagem” enquanto prática de rebaixamento e menosprezo da própria imagem do autor diante de seus interlocutores hierarquicamente superiores. Embora paradoxalmente, esse recurso possibilitava a elevação da estima do *ethos* do sujeito em seu meio social. O embasamento teórico e metodológico do Sistema de Avaliatividade permite que se conheça a ideologia que motivava a sujeição como garantia de prestígio social. Pretende-se, portanto, verificar como se construía a intersubjetividade nas correspondências oficiais da administração colonial.

**KEY-WORDS:**

*ethos*;  
Philology;  
Discourse analysis;  
seventeen-century handwritten texts;  
Appraisal.

**ABSTRACT:** This paper presents the use of power in the official discourse produced from 1765 to 1775 when the Morgado de Mateus ruled São Paulo. The studied manuscripts were written in the São Paulo captaincy and sent to Portugal, mainly to the Marquis of Pombal. Looking at the ways in which the power is “exercised, manifested, described, disguised, or legitimized” (Dijk, 2012, p.39) in the discourses of the eighteenth century, we notice that beyond the proposal of communicating the colonial occurrences, they also contain the care with the maintenance of the author’s *ethos*, which legitimized the power of the European authorities in the colonial Brazil. Among the characteristics of the discourse, the idea of “vassalage” as a practice of relegation of the author’s own image to his hierarchically superior interlocutors. Although paradoxically, this resource made it possible to elevate the esteem of the *ethos* of the subject in his social environment. Based on the Appraisal System, it is possible to learn about the ideology that motivated the subjection practice as a guarantee of the social prestige. Therefore, it is intended to verify how the intersubjectivity was constructed in the official correspondences of the colonial administration.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a análise de estratégias discursivas empregadas pelo Morgado de Mateus em seu discurso oficial. Além do objetivo explícito de comunicar as ocorrências locais e dar parte da situação da colônia que governava, o Capitão-General redigia seus manuscritos oficiais com finalidades subjacentes. Dentre essas finalidades, destaca-se a de demonstrar submissão pessoal e, com isso, exaltar a personalidade de seus superiores na hierarquia do governo monárquico de que era funcionário.

Para tanto, estudam-se a seguir fragmentos textuais retirados de quatro cartas manuscritas enviadas pelo Morgado de Mateus (Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão) de 1765 a 1775, seu período de atuação como governador e capitão-general de São Paulo. Essas correspondências tratam sobre assuntos variados da governança da capitania. O recorte de seleção dos documentos foi o de seu interlocutor: os quatro manuscritos analisados foram enviados de São Paulo a Portugal, para o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (posteriormente, o Marquês de Pombal). Além disso, foram selecionados por conterem o mesmo tom de distanciamento e respeito em relação ao interlocutor, embora sejam divergentes quanto ao conteúdo temático de que tratam.

Entendendo que as marcas textuais contidas na esfera do discurso representam elementos passíveis de análise com o aporte da Teoria da Avaliatividade, pretende-se vislumbrar por meio deles a ideologia da exaltação do interlocutor em detrimento da manutenção do *ethos* autoral.

As análises apoiam-se no conceito de *ethos* enquanto a imagem que o autor constrói de si em seu discurso para exercer uma influência em seu interlocutor, no processo de troca dentro dos parâmetros da subjetividade da linguagem. Segue-se o pressuposto retirado da retórica antiga por Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 20) para o conceito de *ethos* em análise do discurso.

Como ponto de partida, emprega-se a metodologia de desenvolver a análise apoiada em edições textuais fidedignas. De acordo com a função substantiva da Filologia, qualquer trabalho posterior pressupõe a leitura do texto em sua versão mais próxima da original. Para isso, adota-se a transcrição semidiplomática dos originais manuscritos, realizada com base na leitura de seus originais conservados em Arquivos e de suas versões fac-similares. Nesse tipo de transcrição, mantêm-se a ortografia do período, com todas as marcas gráficas impressas pelo escriba, desenvolvendo-se as abreviaturas.

Para a realização das transcrições, empregaram-se as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos” disponíveis em Cambraia et al (2001, p. 13). Esse conjunto de normas que visa a uniformizar os trabalhos de edição foi proposto durante o 2º. Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998. As edições dos documentos encontram-se em anexo. Por razões de espaço, apresenta-se apenas a transcrição da carta I antecedida de sua versão fac-similar. Essa escolha deu-se por dois motivos: trata-se de um exemplar autógrafo, redigido integralmente pelo próprio Morgado de Mateus; e, sobretudo, consiste na carta mais representativa do tipo de relação interpessoal estudada, a da submissão.

Apesar de reiterar a importância de ser mantida a ortografia coeva de forma genuína pela edição semidiplomática, ao longo do texto, empregou-se a forma atualizada da linguagem para facilitar a leitura dos fragmentos citados.

Reforça-se a ideia de que o *corpus* é composto por cartas oficiais, produzidas na Secretaria de governo da Secretaria da capitania de São Paulo. Todas têm a autoria intelectual do Morgado de Mateus, tendo sido por ele ditadas aos seus secretários e por ele assinadas de próprio punho como validação de seu controle e vontade.

Embora se trate de uma espécie textual com predomínio de linguagem formulaica que visa à padronização do discurso, nota-se a existência de estratégias, como o aspecto da submissão.

Tais estratégias evidenciam a existência da intersubjetividade inculcada no discurso veiculado nessa documentação.

## **2. O CORPUS SELECIONADO**

Foram elencados quatro documentos manuscritos da espécie documental “carta”. Todos encontram-se catalogados em Arruda (2000), de onde se partiu a seleção prévia por meio dos verbetes descritivos. As quatro cartas são datadas dos dez anos que compõem o período de governo do Morgado de Mateus (de 1765 a 1775), possuem os mesmos interlocutores e a mesma data tópica, a capitania de São Paulo. Cabe ressaltar que a carta I foi produzida na Vila de Santos, local onde o governador estabeleceu-se por breve período logo no início de seu governo, antes de sua posse no planalto paulista. Essas missivas foram produzidas pela autoria intelectual do próprio Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, cuja alcunha o fez entrar para a História como o Morgado de Mateus.

O destinatário da primeira carta é o próprio monarca e o das outras três é o Secretário do Reino, o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo. O futuro homem forte do reino de Dom José, o Marquês de Pombal, ainda assinava nas três pelo distintivo nobiliárquico “Conde de Oeiras” no período das três primeiras cartas, todas produzidas anteriormente a 1769, quando recebeu promoção a Marquês. Desta forma, a carta 4, redigida em 1774 já se reporta ao Primeiro Ministro como “Marquês de Pombal”.

Os testemunhos estudados são todos originais, produzidos sob o controle do autor intelectual, sendo um deles, a carta 1, um original autógrafo, em que o autor teria escrito o texto integral e assinado de próprio punho. O conteúdo desta carta é completamente trabalhado na tônica do rebaixamento diante da figura máxima do governo. Do ponto de vista paleográfico, deve-se ressaltar a clareza dos traçados e a perfeição no desenho das letras, características sempre cobradas pelo Morgado de Mateus a seus Secretários.

De acordo com as classificações diplomáticas, a carta é uma espécie documental não-diplomática, com redação padronizada de forma mais flexível que a estrutura redacional estritamente formulaica de outras espécies, como o, por exemplo um “requerimento”, com protocolos bem definidos conforme apresenta Bellotto (2002, p. 86). No entanto, pode ser estudada como um diploma tanto por conta dos padrões formais do período, quanto por seu objetivo precípua: o de servir instrumento “ao alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos.” (Bellotto, 2002, p. 51).

Como já se mencionou na introdução, a reprodução dos fragmentos a serem analisados se dará em linguagem atualizada, entre aspas simples: ‘exemplo’, seguida da menção do número da carta de onde o trecho foi retirado. Por exemplo (C. I), quando se tratar da carta I. Por ter apenas um fôlio, optou-se pela reprodução do documento 3 em suas versões fac-similar e transcrita semidiplomaticamente. Os demais documentos foram reproduzidos em anexo por suas edições. Para facilitar a compreensão dos exemplos, apresentam-se, a seguir, descrições do assunto de cada carta:

I. Datada de 25 de agosto de 1765, informa ao rei Dom José I das primeiras ideias do seu governo e das dificuldades que ia encontrando e transmitindo-lhes os seus agradecimentos pelo favor do cargo concedido e os seus desejos de feliz saúde. Trata-se de documento inédito, ainda não publicado em sua versão fac-similar. Esse documento autógrafo representa o protótipo de rebaixamento diante do superior máximo do Estado português.

II. Datada de 03 de julho de 1767, apresenta queixas dos insultos e impropérios de que tem sido alvo por meio de cartazes anônimos, expostos à porta das igrejas, nos quais são postas a ridículo as principais disposições de seu governo, repetindo-se o sucedido na vila de Paranaguá, fato a que se referiu em carta de 16 de janeiro de 1767. Expõe a forma honesta como executa sempre as reais ordens, e pede que lhe faça justiça no caso dos seus inimigos conseguirem que chegue ao Reino as calúnias com que pretendem depô-lo. Encontra-se classificada como a correspondência 11 em Munhoz (2015).

III. Datada de 04 de agosto de 1767, cumprimenta e reverencia o Secretário do Reino, o Conde de Oeiras, reiterando sua obediência. Representa o documento 15 de Munhoz (2015).

IV. Datada de 18 de junho de 1774, afirma a sua amizade e informa ter entregue ao Bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, o colégio onde estava morando. Pede que lhe envie o que achar mais justo sobre as questões de seu governo, a fim de poder desempenhar corretamente a sua função para o real serviço. Em Munhoz (2015), encontra-se sob a classificação de número 50.

### 3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Selecionou-se a Teoria da Avaliatividade por representar arcabouço teórico e metodológico de análise que possibilita a observação dos elementos de ordem intersubjetiva, relacionada à esfera da valoração. Derivada da Linguística Sistemico Funcional (LSF), essa teoria representa, na definição de seus criadores, “um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso” (Martin; White, 2005, p. 33). A partir da metafunção interpessoal apresentada pela gramática funcional de Halliday e Mattiessen (2004), essa abordagem permite que se encontrem padrões de valoração, como a avaliação e a perspectiva, do discurso a partir do emprego de palavras e expressões. Nesse sentido, a proposta define que a valoração possa ser classificada em três ramificações principais: **atitude**, **gradação** e **engajamento**. A atitude observa o posicionamento atitudinal do autor, por meio do elogio e da censura, apresentando os seus sentimentos e julgamentos sobre o que o cerca. Essa função subdivide-se em afeto (que retrata estados emocionais), em julgamento (referente a normas e valores) e apreciação (recurso de expressar gostos). O engajamento revela a adesão ou não do autor em relação aos posicionamentos de outrem. A gradação, por sua vez, é responsável por intensificar ou mitigar os significados dos dois subsistemas anteriores. Divide-se em força, pela qual se intensifica ou mitiga os significados; e foco, que se observa em contextos não passíveis de sofrer intensificação ou redução de significado, trabalhando-se com a ideia de prototipificação.

Para restringir o escopo das análises, serão consideradas as funções da atitude e da gradação, sem levar em conta o engajamento. A partir de análises mais pontuais, intenciona-se delinear os objetivos essenciais a serem alcançados pela própria Teoria da Avaliatividade. De acordo com Martin e White (2005, p. 40), serão observadas as maneiras como os autores:

- constroem sua identidade para si mesmos;
- posicionam-se diante dos potenciais destinatários;
- constroem a audiência ideal para seus textos.

Em acréscimo a essa teoria, adotam-se pressupostos que apoiam análises do discurso político (Charaudeau, 2013, 2014) e do emprego do poder no discurso (Dijk, 2012). Com isso, observam-se com mais clareza “os modos em que se utilizam as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder” (Meyer, 2003, p. 31). Ademais, para se compreender aspectos referentes à intersubjetividade epistolar, emprega-se o viés do conceito de *identidade* autoral revelada pela mediação reflexiva sobre a posição do sujeito, que se exprime na primeira pessoa do singular, conforme postulam Charaudeau e Maingueneau (2008). A adoção de verbos na primeira pessoa do singular, a partir do princípio da *alteridade*, revela a assunção completa daquilo que comunica. Ademais, a identidade autoral (revelada explicitamente e construída nas entrelinhas do texto) permite que se estreitem os laços entre o governador ultramarino e suas raízes portuguesas. Afinal, segundo Conceição (2013), tornar os ausentes presentes era uma das funções precípuas dos manuscritos, inerente à cultura epistolar.

Essas teorias permitem, pois, que se observem tanto as relações explícitas de poder quanto as veladas, desde que sejam reveladas por expressões empregadas no texto. Empregam-se esses pressupostos com a intenção de observarem-se as estratégias subliminares de construção e manutenção do poder autoral por meio da negação das próprias qualidades pessoais. Ao reduzir suas habilidades e negar aquilo de positivo por que deveria se exaltar, o Morgado de Mateus



reitera o princípio monárquico da vassalagem e se estabelece como merecedor dos préstimos de seus superiores.

#### 4. ANÁLISES

Parte-se do pressuposto de que “a maioria das ideologias são formadas discursivamente” (Dijk, 2012, p. 33) para se ampliar o conhecimento da realidade e do imaginário revelados pelo discurso político escrito na segunda metade do século XVIII. Para tanto, pretende-se observar as formas como o poder é “exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado” (Dijk, 2012, p. 39) nos manuscritos analisados.

Entende-se “poder” no Antigo Regime como uma “noção tão complexa quanto vaga” (Dijk, 2012, p. 9). Naquela estrutura social de hierarquia bastante rígida, pode-se entender o poder segundo Duverger (1983, p. 152), de maneira sociológica, como um padrão normativo, pelo qual é definida a situação daqueles que têm o direito de exigir que os outros se submetam às suas diretivas em uma dada relação social. A posição de poder seria um direito estabelecido pelo sistema de normas e de valores da sociedade em que se está inserido. Apesar dos poderes menores, de autoridades como o Vice-Rei das colônias e os Governadores, o poder por excelência era atribuído ao monarca enquanto “portador de uma voz cuja onipotência resulta de ela não se encontrar aqui, mas em um além inacessível” (Charaudeau, 2013, p. 69). Presente em toda a estrutura social setecentista, por meio da ideologia monárquica que permeava todas as relações sociais do período, o poder da realeza era ainda mais legitimado pelo catolicismo. Essa ideologia religiosa, que se manteve forte em Portugal mesmo ao lado dos preceitos iluministas, legitimava o direito ao trono pela ideia de filiação sagrada. Do mesmo modo que o Rei contava com a herança natural da predestinação, os demais governantes também teriam parte desses atributos divinos, uma vez que eram os homens escolhidos pelo próprio Rei dadas as suas posições de nobreza e qualidades pessoais.



Apesar de suas características dignas de exaltação, o autor aqui estudado rebaixa-se diante de seus interlocutores. O poder político no período apoiava-se na posse dos cargos e posições sociais delegados pelo soberano pelo critério do “merecimento”. Exemplo disso é o destinatário das cartas, o Marquês de Pombal, que ganhara o título nobilitário de Conde de Oeiras por conta de sua eficiente atuação na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. O Morgado de Mateus, por sua vez, foi convidado ao cargo de governador no ultramar por sua experiência militar vitoriosa na ocorrência da “Defesa da Passagem do Rio Tua” (Bellotto, 1979, p. 14), em que chefiara a Campanha de 1762 em Trás-os-Montes contra os espanhóis. Esse mérito legitima a sua nomeação e lhe confere a patente de capitão-mor. Além de conquistas pessoais, o *ethos* dos administradores setecentistas vinculava-se a questões de ordem afetiva, dentro do círculo de amizade do Rei e o consequente contrato de fidelidade à monarquia.

Os governantes mantinham conduta de submissão às ordens reais, responsáveis por sua nomeação, baseada nos critérios pessoais de confiança e de amizade, do qual derivava a constante possibilidade de destituição. Daí os governantes manterem em evidência o princípio de fidelidade ao Rei e, com isso, o constante realce de seu *ethos*: ‘e do modo possível rendo a Vossa Excelência as graças pelos especiais benefícios que a grandeza de Vossa Excelência está dispendendo continuamente comigo, e com a minha casa’ (C. IV). Os benefícios recebidos são considerados o bastante para o emprego vocabular de itens como ‘criados’, ‘súditos’, que demonstram a submissão e obediência total ao superior em nome do Rei. A obrigação perante o soberano reflete-se de forma explícita: ‘Dispense, meu Senhor, a grandeza de Vossa Excelência que a um criado tão afetivo, e tão infinitamente obrigado a Vossa Excelência como eu sou’ (C. I), ou até mesmo de maneira implícita, por meio da prática do enaltecimento pessoal: ‘Desejo muito que a preciosíssima saúde de Vossa Excelência se conserve sempre feliz para meu amparo. Que a amabilíssima família da ilustríssima e excelentíssima casa de Vossa Excelência goze da mesma perfeita disposição’ (C. I), em que se desejava a manutenção da prosperidade ao interlocutor.

As relações interpessoais entre os administradores do período pautavam-se em estratégias

deliberadas de vassalagem, deixando sempre implícito um código de conduta ligado a um ‘contrato de vassalagem’. Esse contrato chegou a ser de fato um documento escrito, em que se elencavam os direitos e as obrigações dos vassalos em relação a seus senhorios no período feudal. Mesmo que intuitivamente, as práticas contidas nesse código estenderam-se ao longo dos séculos às colônias europeias.

O reconhecimento da valoração social atribuída ao interlocutor ganha instância máxima no seguinte trecho: ‘a todos Vossa Excelência como pai e autor que é de tudo o que somos, nos ampare e sustente e favoreça como pode’ (C. I). A construção do imaginário de paternidade associa o governo monárquico ao da religião católica, em que todas as possibilidades provêm do pai.

A postura para se ‘protestar a minha fiel obediência e reverente escravidão’ (C. III) seria a de reverência do vassalo frente ao soberano, em que, humildemente, punha as mãos juntas dentro das mãos do senhor como forma de simbolizar a submissão ao controle do outro. Esse gesto, nomeado *hominaticum* no latim, tornou-se *homenatge* em um dialeto da língua francesa e resultou no termo ‘homenagem’. Assim, prestava-se homenagem por meio das cartas: ‘o meu reverente obséquio, a suma veneração com que de toda a parte adoto o respeito de Vossa Excelência e a viva memória que sempre tenho das recomendações de Vossa Excelência dos seus impreteríveis preceitos, e das inumeráveis mercês com que Vossa Excelência me tem engrandecido’ (C. I). Sentindo-se agraciado pelas concessões recebidas, agradece de maneira a seus superiores de maneira expressa e deseja que ‘Deus, Nosso Senhor, guarde a Vossa Excelência para meu amparo’ (C. II), incluindo-se como beneficiário da proteção divina, embora abaixo de seu superior.

Essas relações de poder no nível social manifestam-se na interação social. Uma vez que o contato restringia-se à comunicação escrita entre aqueles que permaneciam na Europa e os que viajavam à América, as cartas manuscritas podem ser consideradas o principal instrumento

de interação social ultramarina. Deve-se lembrar que a cultura manuscrita era fortalecida nas colônias portuguesas pela proibição de existirem tipografias nesses espaços.

Partindo-se do preceito de que “o poder social é geralmente indireto e age por meio da ‘mente’ das pessoas, por exemplo, controlando necessárias informações de que precisam para planejar ou executar suas ações.” (Dijk, 2012, p. 42), aquele que detém menos poderes serve-se de recursos que visem ao reforço do contato e validem a relação com o interlocutor. Nesse sentido, o autor emprega as estratégias discursivas de assegurar um bom relacionamento com o Conde de Oeiras, desejando ‘a continuação de uma saúde muito feliz, com que nos seguremos /mediante o vigilante zelo de Vossa Excelência/ todos os aumentos, e felicidades desta Monarquia, a consolação e amparo dos que, como eu, têm em Vossa Excelência sua fortuna e toda a sua esperança’ (C. III), de modo a personificar nele suas realizações. Na mesma diretriz, de modo muito mais amplo, atribui a ele a manutenção do próprio sistema monárquico.

De acordo com Charaudeau (2013, p. 10), o espaço público representa o lugar propício para a representação de papéis sociais. No que esse autor nomeia como “jogo de máscaras”, os interlocutores podem dar vida a personagens, sempre pelo emprego de estratégias que garantam uma interação harmônica e os permitam a preservação de sua face. Nesse sentido, o Morgado de Mateus serve-se da ideologia religiosa para a escolha lexical do verbo: ‘Confesso, Senhor, que desejara ter presa a meu arbítrio a fortuna: para poder ter préstimo e adquirir os maiores acertos neste meu emprego’ (C. I). A polaridade positiva de seu desejo expressa na demonstração de afeto “fortuna” é reforçada pela indicação do julgamento de estima social “préstimo”. A gradação de força “maiores” revela que o autor deseja intensificar seus acertos em sua posição. Essa asserção permite a inferência e que seus acertos já são grandes, mas poderiam ser ainda maiores. Esse desejo, embora tão bem fundamentado, está restrito a uma hipótese que pode não se verificar por completo na realidade, o que o invalida parcialmente e, por conseguinte, justifica suas falhas futuras.

O discurso político contém em si estratégias que visam a construir a identidade do político que o enuncia, verifica-se que a construção discursiva é sempre repleta de significado, o que pode ser ainda mais representativo se as entrelinhas forem consideradas. Por exemplo, a afirmação de ‘que em toda a parte possa eu ter o gosto, e a satisfação de me chegarem estas estimáveis, e desejadas notícias para alívio do meu cuidado e da minha grande saudade e desempenho dos meus votos e dos meus interesses’ (C. I) pode parecer meramente de cunho afetivo. No entanto, a vital importância que se atribui ao recebimento de ‘notícias’ pode ser entendida como a busca do poder. Uma vez que a comunicação com o Reino ocorria unicamente por via das correspondências enviadas e recebidas, o contato com a esfera do poder se daria por intermédio dos papéis. Afinal, “o poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso. Sem comunicação escrita (e falada), o poder na sociedade não pode ser exercido ou legitimado” (Dijk, 2012, p. 85).

Com isso, o Morgado de Mateus adota a prática de constantemente registrar suas ações. Exemplo disso é que, ao agir sem a validação prévia, justifica-se: ‘em muitas coisas me tenho visto duvidoso do que será mais conforme as intenções de Vossa Excelência e me resolvi segundo o que eu quisera que se me fizesse a mim em semelhante caso’ (C. I). O fato de agir de acordo com o que queria receber retoma os preceitos cristãos, detentores de prestígio social, o que justificaria o fato de porventura não ter agido de acordo com as ‘intenções’ do governo central.

A preocupação central do autor apoia-se na manutenção seu ethos, acima de sua própria integridade física: ‘Mas eu não temo o que cá me podem fazer, temo que na presença de Vossa Excelência representem de mim algumas queixas com que Vossa Excelência venha a pôr em dúvida o meu procedimento, por isso quero prevenir a Vossa Excelência dando-lhe esta notícia para que Vossa Excelência me faça a justiça de me ouvir, sendo servido, sobre as culpas que quiserem acumular-me os meus inimigos’ (C. II). As “queixas” que conduzem às “culpas” revelam a preocupação com o julgamento de sanção social a que esteja submetido. O nível do discurso é, portanto, essencial à manutenção do cargo do autor. Revela a consciência de que a

sua comunicação com seus superiores estava restrita ao envio de correspondências manuscritas e o temor por essa forma de contato estar igualmente disponível a seus adversários.

A exemplo de seus contemporâneos, o autor constantemente jurava fidelidade ao Rei de Portugal com vistas à proteção e à conquista de benefícios pessoais. Esse princípio de fidelidade incluía a promessa de cumprir as ordens e imposições do governo d'além mar, mesmo quando essas determinações contrariassem os interesses locais, o que comumente ocorria. Incluía, sobretudo, gerir o governo de forma a evitar dissabores à Coroa Portuguesa: 'eu me opunha para coibir os seus efeitos, e conservar, como conservo, mediante o favor de Deus até o presente, a tranquilidade pública.' (C. II). Além das medidas, seu empenho pode ser comprovado pela reiteração de que 'eu sirvo com zelo e amor a Sua Majestade' (C. II) e, sobretudo da demonstração do grau de dificuldade de sua missão: 'Eu os acho muito decadentes, sem rendas, sem cultura e sem sujeitos de que me possam ajudar. Quase tudo me é necessário formar de novo' (C. I). Ao se referir à capitania de São Paulo, sempre apresenta os inúmeros problemas a serem vencidos, o que faz com que suas execuções ganhem aura de verdadeiras conquistas. Ao empregar a primeira pessoa dos singular, denota a adoção da responsabilidade para si, como se todas as soluções fossem possíveis por sua dedicação. O autor atinge, por essas estratégias do discurso, a proposta de elevar o nível de conceituação de seu *ethos*.

Deve-se dizer que o rebaixamento de si não é prática exclusiva aos governantes do período, tampouco ao Morgado de Mateus. Exemplo de que se trata de uma prática recorrente na sociedade setecentista é o fato de a obra de caráter didático de Verney (1746) conter a seguinte citação: "é negócio que excede as forças de um só homem. E principalmente de um homem de tão pouco merecimento e autoridade como eu." (Verney, 1746, p. 2).

A capacidade de organização documental apresentada pelo Morgado de Mateus pode ser sua prática de registrar com detalhes todas as ações de seu governo. Para tanto, serviu-se de um diário e empregava suas correspondências públicas e pessoais como meio de comprovação de

suas ações. Esses relatos de sua governança eram compartilhados com o reino nos documentos oficiais sempre que havia oportunidade de envio: ‘Esta ocasião que me permite a frota e a obrigação de dar conta a Sua Majestade, que Deus guarde, das primeiras ideias do governo’ (C. I). O julgamento de sanção social contido em “obrigação” revela o comprometimento do autor. A expressão formulaica ‘Sua Majestade, que Deus guarde’, em terceira pessoa revela o distanciamento do autor em relação à figura máxima do governo e sua postura laudatória.

Na segunda metade do século XVIII, o trâmite documental na administração colonial atendia aos pressupostos da hierarquia vigente, sendo uns documentos “sempre ascendentes, como as cartas, outros, sempre descendentes, como a carta régia.” (Bellotto, 2014, p. 398). Sendo as cartas aqui estudadas ascendentes, trocadas entre as mais altas esferas do governo, os assuntos mais comuns referem-se ao estabelecimento/manutenção da ordem pública, dos quais transmite apenas o necessário: ‘por me parecer desnecessário cansar muito a Vossa Excelência o repeti-las’ (C. IV). A proposta da objetividade, com a meta de resumir informações e evitar a redundância de assuntos é também explicitada como meio de se valorizar o tempo do leitor ‘Desculpe-me Vossa Excelência ter lhe embarçado tanto tempo’ (C. II). Com isso, reforça-se a legitimação do poder atribuído ao interlocutor e, como consequência, confere ao autor o mecanismo de valorização de seu bom senso.

Pode-se entender a escrita do século XVIII como um instrumento a serviço da manutenção do princípio entendido como o de “vassalagem”. Essa prática social bastante positiva no período pressupunha a subordinação dos cidadãos frente às instituições detentoras do poder: igreja e coroa portuguesa, de modo a reiterar as ideologias vigentes e, sobretudo, o governo monárquico estabelecido. A produção escrita, instrumento simbólico de poder, era associada ao “poder oficial”, diretamente ligado ao Rei e aos ocupantes dos demais cargos por ele instituídos.

As produções discursivas veiculadas nas cartas têm caráter laudatório e visam a enaltecer as qualidades morais do Conde de Oeiras, colocando-o em posição superior aos demais homens,

a quem o Morgado de Mateus espera ‘poder ter a satisfação e o gosto de aparecer todas as vezes que lhe for possível aos pés de Vossa Excelência’ (C. I). Dessa maneira, o rebaixamento do autor é proporcional ao *ethos* de grandeza e merecimento atribuído ao interlocutor, o Conde de Oeiras, na construção discursiva do próprio Morgado de Mateus. Ao mesmo interlocutor, o autor recomenda que ‘Deus permita acrescentar a Vossa Excelência muitos anos de vida para amparo de nós todos, pois só em Vossa Excelência esperamos todo o nosso bem e toda a nossa felicidade.’ (C. IV). Eleva-se ainda mais o *ethos* do interlocutor ao se atribuir a dependência de seu amparo para que se tenha o bem e a felicidade. Reforça-se tal asserção com os intensificadores ‘todo’ e ‘todá’ a ampliarem o escopo dessas venturas.

O assunto sobre o qual o autor discorre na carta II pode ser associado diretamente à importância da função laudatória. Ao narrar sobre uma sátira que um autor anônimo teria feito de seu governo, o Morgado de Mateus apresenta-se estarecido diante da ruptura da função laudatória na escrita. Trata-se da oposição imediata com as práticas que sua escrita revela: ‘foram pregar na porta [da igreja] uma vergonhosa sátira’ (C. II). Ao classificar a produção escrita como ‘vergonhosa’, o autor exprime o julgamento de sanção social. Essa atitude contraria a ordem oficial estabelecida ao desrespeitar o representante do governo e traz em si também a marca do afeto negativo. Descreve com detalhes os seus planos criticados: ‘são escarnecidas as tropas, e o seu luzido fardamento, chamando-me destruidor do povo’ (C. II). Ao ser considerado ‘destruidor do povo’, pelo fato de impor o alistamento militar dos moradores da capitania de São Paulo à formação das tropas, usa a adjetivação com a atitude de julgamento de estima social ‘luzido’, a fim de comprovar a distinção dessas tropas. Nessa sátira, é ainda chamado de ‘carreiro’, ao se criticarem as lavouras que vinha instituindo como base de seu governo e criticam as a criação das ‘vilas, chamando-me fidalgo da aldeia, e de meia tigela, e outros vários impropérios indignos de pôr na presença de Vossa Excelência’ (C. II). Todas as ofensas remetem a suas medidas de governo e, por isso, ofendem seu *ethos* público, colocada por ele acima da esfera pessoal. Entretanto, o que mais o preocupa é o fato de terem concluído a sátira ‘com



muitas ameaças de darem de mim conta a Vossa Excelência para que me desse carreira e me pusesse não menos que na força.’ (C. II) Revela-se a força do discurso indicativo de julgamento de sanção social. Afinal, uma acusação de traição às diretrizes monárquicas seria capaz de conduzir um homem à morte pelo enforcamento.

A importância atribuída ao tema é revelada pela narrativa que detalha o ocorrido: ‘tirou logo o vigário capitular a dita sátira e a consumiu, de sorte que se não soube nada nesse dia e nos seguintes. Porém, não contentes com este excesso, passaram a fazer outro maior, pondo-me a mesma sátira dentro de uma carta fechada diante do bofete em que eu costume despachar, e então é que a vi, e pouco depois me disseram o que já tinha sucedido de aparecer outra pregada na porta da Igreja do Recolhimento de Santa Tereza.’ (C. II). Dos muitos detalhes, destacam-se os de ordem religiosa, pois a igreja era o lugar público onde se afixara a sátira e, sobretudo, revela-se a atitude de proteção do vigário, que retirou a sátira antes que outros a vissem, evitando aborrecimentos no dia festivo. Além disso, a esfera da gradação permite que a passagem narrativa ganhe cores, com a intensificação ‘não contentes com este excesso, passaram a fazer outro maior’, tangenciando a afetividade.

Com vistas a causar estranhamento no leitor a fim de que ele conclua por si a falta de consistência da assertiva, afirma que tem vícios: ‘atacando não os meus vícios que era o que deveriam fazer mas as disposições principais do meu governo, em que executo as reais ordens de Sua Majestade’ (C. II). Dessa maneira, ao afirmar que se sentiria menos ofendido se suas falhas de conduta fossem criticadas ao invés do seu trabalho, apresenta indícios de não possuir vícios passíveis de repreensão.

As práticas estratégicas da escrita revelam, na verdade, um bom estrategista militar e político. Apoiado nessas habilidades, o Morgado de Mateus empenha-se para descobrir o autor da sátira de forma velada: ‘tenho dissimulado até agora e vou fazendo toda a diligência para descobrir os cúmplices desta obra, o que até agora não tem sido possível. Se eu os puder conhecer, lhes

darei o castigo merecido’ (C. II). A fim de descobrir os responsáveis, devota ‘toda a diligência’, em que a gradação de força indica sua resolução em resolver o caso pessoal, elevado à esfera do público. Dessa forma, o princípio da justiça entra em voga por meio do ‘merecido castigo’, em que o culpado seria punido de acordo com o julgamento de sanção social em vigência, pois a redação de uma sátira contra uma figura pública era considerada um crime grave.

Conforme mencionado, as cartas contam com um padrão estabelecido pela “redação mais ou menos padronizada” (Bellotto, 2002, p. 77). Em detrimento da ausência de rigidez estabelecida de forma, essa padronização deve-se ao emprego reiterado dos mesmos termos em partes determinadas da estrutura redacional.

Há diversas expressões formulaicas que normalmente são empregadas na espécie “carta”. Por exemplo, todas se iniciam com a menção do vocativo ou endereçamento: ‘Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor’ (C. I, II, III e IV). Essa mesma tratativa honorífica é retomada ao final das cartas, sempre antecedendo o fecho de cortesia, seguida do título do interlocutor, o ‘Conde de Oeiras’ (C. I, II e III) e ‘Marquês de Pombal’ (C. IV). Normalmente os pronomes de tratamento são abreviados ao longo de toda a redação. Esses pronomes contêm em si, além do padrão da mais alta formalidade, o aspecto da gradação de força, por meio da intensificação revelada pela flexão de grau superlativo. Outros termos com o mesmo propósito são usados como adjetivos ‘Ilustríssima e Excelentíssima pessoa’ (C. IV), expressão na qual o julgamento de estima social exalta o destinatário da mensagem. Acrescenta-se a esta a menção ‘e casa de Vossa Excelência’ (C. I), ao se desejar que mantenha o poder do Estado e a felicidade.

O fecho de cortesia é igualmente comum a todas as cartas: ‘de Vossa Excelência cativo e menor criado’, antecedendo a assinatura de próprio punho do autor intelectual (o Morgado de Mateus). Grafada como ‘Dom Luís António de Sousa’, a firma recebe o acréscimo do termo ‘Meu Senhor’ na carta I, atribuindo gradação hierárquica à *persona* do Conde de Oeiras. A escolha lexical de ‘cativo’ e ‘criado’ pressupõe a atitude de julgamento de sanção social, designan-

do o comportamento do autor. Apesar da semântica imediata de rebaixamento a que apontam, geram destaque ao *ethos* do autor. De maneira similar, a adjetivação do superlativo ‘menor’ atua como a gradação de força e, paradoxalmente, intensifica o escopo da posição social do governante.

O distanciamento formal e a elevação do *ethos* de seus interlocutores faz com que as cartas, a exemplo de toda a correspondência oficial do Brasil colonial, mantivessem as tratativas formais pelo uso do pronome de tratamento ‘Vossa Excelência’. Como meio de ilustrar o valor desse recurso, vale mencionar que o emprego dessa fórmula para se manter o contato com o interlocutor é uma estratégia bastante empregada, cuja ocorrência soma 17 vezes ao longo das três páginas da carta I, tanto como pronome de tratamento quanto como possessivo ‘de Vossa Excelência’. Do mesma maneira, há 16 ocorrências na carta II; 11, na carta IV; e 6 na carta III, redigida em apenas um fólio, diferente das outras, que contam com três.

Outra fórmula digna de menção é a ‘Deus guarde a Vossa Excelência’, empregada para o fechamento das correspondências. Além do alto grau de formalidade, ela inclui a esfera do religioso católico ao discurso, tornando legítimas as intenções anteriormente apresentadas. A esfera ideológica do religioso católico permeia as correspondências oficiais setecentistas, o que remete à citação de ser “difícil separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade” (Freyre, 2007, p. 92). Essa mesma formulação é empregada quando se cita a pessoa do Rei: ‘Sua Majestade, que Deus guarde’ (C. II). A recorrência de uso torna essa expressão uma espécie de epíteto na estrutura de redação das epístolas administrativas do período.

O emprego de figuras de linguagem faz com que a esfera do discurso torne-se mais concreta aos olhos do leitor. A fim de retratar da maneira mais realista possível o seu cotidiano, o Morgado de Mateus serve-se de algumas figuras que retratem o contexto colonial àqueles que nunca haviam saído da Europa. Dentre os recursos usados pelo autor tanto em sua comuni-

cação pessoal quanto administrativa destacam-se as metáforas. Essa figura é empregada como meio didático e de aproximação dos interlocutores e, portanto, exerce uma função persuasiva no discurso político por “fornecer uma analogia condensada e um julgamento de valor concentrado” (Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 330). As metáforas têm caráter explicativo e evitam a comparação declarada entre duas realidades, provando que o autor tem conhecimento de ambas. Como exemplos de metáforas, as cartas apresentam pontos de intersecção com o imaginário católico: ‘Sabe Vossa Excelência também que aos tiros da inveja, da calúnia e da arrogância, nem a inocência de Cristo, nem a iminência do respeito pode ser isenta.’ (C. II). As investidas dos que se opõem a seus planos de governo são nomeadas ‘tiros’, como elementos direcionados contra alguém na intenção de ferir ou matar. O julgamento de estima social de polaridade negativa retrata as ações dos inimigos do autor, que agem com “inveja, calúnia e arrogância”. Contra tais investidas, nem mesmo as esferas religiosas mais altas, como a do Cristo, foram isentas. O *ethos* autoral é, portanto, incapaz de driblar as artimanhas de seus inimigos. Justificam-se, com isso, quaisquer difamações que surgirem contra si e seu governo. Outra metáfora veiculada à ideologia católica atribui ao Espírito Santo o acerto de ordem militar do Conde de Oeiras, com a criação de tropas na capitania de São Paulo. ‘He sem dúvida que só o Espírito Santo e a iluminada compreensão de Vossa Excelência podia determinar a criação destas tropas’ (C. II).

Além da metáfora, a metonímia é figura de linguagem bastante representativa no discurso do autor. Ao empregar a “designação de um objeto pelo nome de outro objeto, que constitui, como ele, um todo absolutamente à parte, e que lhe deve, ou ao qual aquele deve, de alguma forma, seja sua existência, seja sua maneira de ser” (Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 332), o Morgado de Mateus promove um afastamento do que seria previsível no discurso, de modo a homogeneizar o conteúdo semântico do enunciado. Por exemplo, na expressão ‘Vou juntamente aos pés de Vossa Excelência’ (C. III), o ato de submissão ao interlocutor ganha a imagem do ato físico de curvar-se aos pés do outro. O autor escolheu a parte do corpo do interlocutor

mais próxima do chão para ali posicionar-se, como se fosse digno apenas desta posição. A imagem dos pés surge em outras ocorrências, sempre com o mesmo significado: ‘Beijo reverente os pés de Vossa Excelência’ (C. III); ‘Busco os pés de Vossa Excelência’ (C. IV). Essa construção discursiva, de encostar os lábios aos pés para lhes beijar indica a postura de completa reverência do autor frente a seu interlocutor. E é com esse grau máximo de rebaixamento que o autor constrói a representação de seu *ethos*, mesmo que de maneira aparentemente paradoxal, perante os superiores na hierarquia monárquica.

Em acréscimo aos pés, há a metonímia das mãos. Enquanto os pés indicam a parte mais baixa de uma pessoa, as mãos representam o principal instrumento das ações. Dessa forma, as mãos representam os destinatários como aqueles com o poder decisório, aqueles a que se confia o controle das situações. Observam-se as seguintes ocorrências: ‘Na poderosa mão de Vossa Excelência que humildemente beijo, me encomendo a mim mesmo, a meus filhos e a toda a minha casa’ (C. I); ‘Por isso me valho da poderosa mão de Vossa Excelência’ (C. II). Nota-se que o epíteto ‘poderosa mão’ caracteriza-se pela carga semântica do afeto de polaridade positiva e, ao mesmo tempo, faz referência à esfera do julgamento de sanção social, pois essa é responsável por punir ou absolver. Trata-se da mão daquele que pode cuidar da família e das propriedades do autor em seu tempo de ausência no estrangeiro. Em última instância, atribui-se ao Conde de Oeiras o poder absoluto, como o detentor do poder temporal em nome do poder divino.

Outra estratégia discursiva recorrente é a da aparente desconstrução do *ethos*, pela negação dos valores pessoais com vistas à constante comprovação de possuir humildade e subserviência. Ao se negar o conjunto das próprias qualidades pessoais, intenciona-se que o interlocutor verifique a incoerência desse rebaixamento extremo e adote uma atitude oposta: a de exaltar as qualidades negadas por esse autor. Nessa medida, as negações seriam marcas linguísticas de ordem paradoxal, que diziam algo negativo sobre visando ao elogio do superior. O fragmento ‘o grande dito com que o mesmo Senhor e Vossa Excelência me honraram em se fiar de mim,

sem eu ter merecimentos' (C. I) registra essa estratégia, uma vez que o autor nega o seu merecimento tantas vezes já comprovado. Essa negativa deve ser entendida como meramente retórica porque contradiz o universo da verdade, haja vista os méritos pessoais que conduziram a sua nomeação, na tentativa de manipular a reação do interlocutor.

No fragmento 'Vossa Excelência será servido dar nestas matérias as providências que lhe parecem mais justas, ilustrando com as suas sábias instruções o meu entendimento' (C. IV), o autor subestima a sua própria inteligência, subjugando-se ao Marquês de Pombal, na mesma linha de construção discursiva que a da negação anterior. Nota-se que o caráter laudatório do excerto revela-se no julgamento de estima social que atribui ao interlocutor pelos adjetivos "justas" e "sábias".

Na mesma linha de afirmações de ordem retórica, encaixa-se a afirmação de que 'ninguém melhor do que Vossa Excelência sabe, que eu, que me posso enganar com as paixões e com o amor próprio' (C. II). Ao se preocupar com o fato de poder exaltar suas qualidades, o Morgado de Mateus reitera a ideia de que sua postura de rebaixamento seria sincera e não um mecanismo de promoção do *ethos*. Serve-se de um elemento típico da manipulação, que é o de "comunicar crenças implicitamente, isto é, sem realmente afirmá-las e, portanto, com pouca chance de serem questionadas." (Dijk, 2012, p. 123). Comumente encontra mecanismos de mostrar-se desinteressado do que lhe pudesse trazer benefícios pessoais em detrimento de suas funções de governador: 'Não desejo outra ventura, nem outro despacho mais do que alcançar que os meus cuidados, as minhas diligências, e os meus desvelos em que não descanso, possam vir a servir de algum aumento a estes Estados.' (C. I). Pelas marcas de julgamento positivo de social sobre seu próprio trabalho "cuidados", "diligências", "desvelos", revela-se o *ethos* que de fato deseja promover. A introdução pelas vias da atitude do afeto positivo com o termo "ventura" indica o comprometimento do autor com seu governo. A gradação de intensidade "algum aumento" retoma o caráter de modéstia de seu discurso, uma vez que na realidade empreendia obras que visavam não só à manutenção dos limites territoriais, mas à considerável ampliação desses limites.

Uma estratégia bastante comum no discurso do Morgado de Mateus é a de assumir os próprios erros, a fim de redimir-se pela justificativa de não ter errado de forma premeditada: ‘Peço encarecidamente a Vossa Excelência me perdoe em tudo o que possa ter desacertado; porque asseguro muito muito a Vossa Excelência que me parece não terá sido nem com dolo, nem por interesse.’ (C. I). O fato de poder errar fica diluído pela justificativa de não se ter errado por querer prejudicar, nem por interesses pessoais. A humildade é usada como recurso para justificar e, sobretudo, para redimir os erros. Adota-se, mais uma vez a dogmática católica da absolvição dos pecados mediante o arrependimento. Nesse sentido, o fato de reconhecer os erros seria o suficiente para serem perdoados, especialmente quando se comprova que não houve a intenção de errar.

Na mesma linha de raciocínio, opõe-se constantemente aos corruptores da ordem, contrários ao governo, afinal ‘nem a reta administração da justiça se pode praticar, sem levantar o ódio dos maus: estes são os que ofendem, que os bons não obram desta sorte, senão o bem e a caridade’ (C. II). Por meio desse postulado, implicitamente situa a si mesmo no grupo dos ‘bons’ e, por conseguinte, divulga a proposta de que seus atos estariam ligados ao ‘bem’ e à ‘caridade’.

No fragmento ‘e da indefectível clemência de Sua Majestade, que Deus guarde, para que me não falte a graça do mesmo Senhor porque sem ela nem as grandezas, quanto mais a minha humildade, pode conservar-se, e melhor me fora não viver.’ (C. II), emprega o recurso da gradação de força ao intensificar com o adjetivo ‘indefectível’ o julgamento de estima social de ‘clemência’. Apresenta a hipótese de que nem mesmo os detentores de grandezas poderiam suportar a ausência de ‘graça’ do Rei. Verbaliza, em acréscimo, deter a característica da humildade, como um julgamento de estima social de polaridade negativa, mais uma vez de modo a rebaixar-se.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

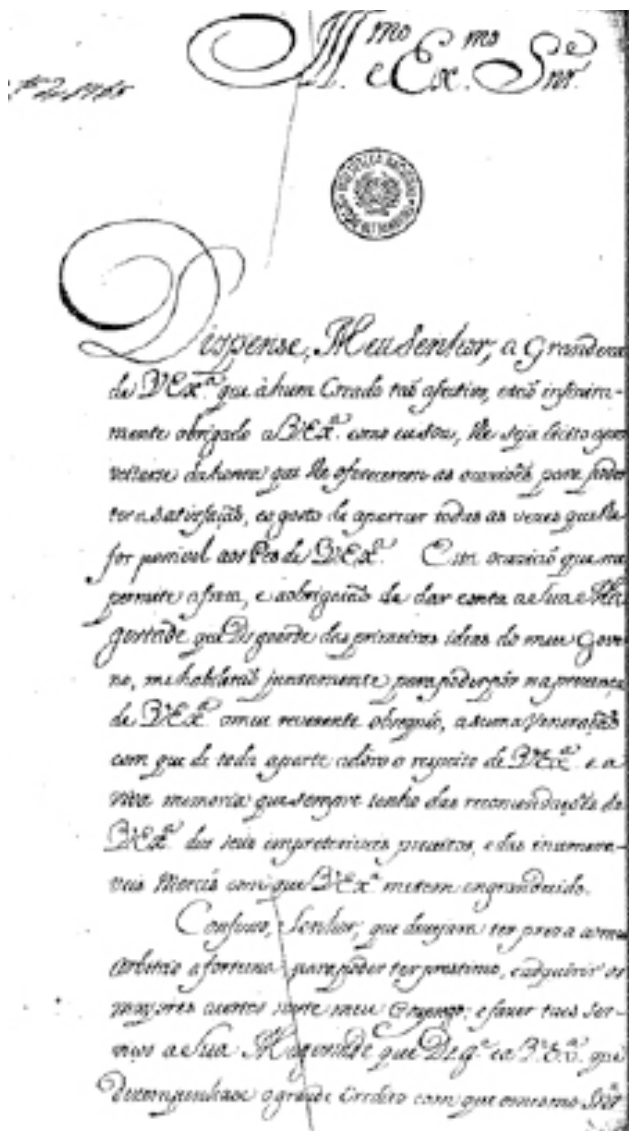
Este artigo objetivou apontar marcas no discurso oficial setecentista, produzido pelo Morgado de Mateus em cartas enviadas a Portugal, no que diz respeito às práticas que aparentemente denotam rebaixamento e menosprezo do seu *ethos*. As análises comprovam que, em acréscimo ao enaltecimento dos interlocutores, há estratégias discursivas de rebaixamento do *ethos* autorral. Dentre esses recursos destacam-se o emprego de fórmulas discursivas padronizadas às tratativas formais inerentes à espécie textual, figuras de linguagem e maneiras de desconstrução do *ethos* autorral e de práticas deliberadas de vassalagem. Essas estratégias foram observadas a partir do pressuposto comum às análises do discurso, o de que em toda formulação discursiva deve existir um ponto de vista autorral, codificado no texto e retratado de forma explícita ou implícita. E, por meio do detalhamento do sistema com o aporte das ferramentas teóricas elencadas, analisaram-se aspectos referentes à intersubjetividade contida nos manuscritos setecentistas.

O conjunto das quatro cartas permitiu observar-se a prática comum no período setecentista de inferiorizar-se e exaltar o outro. Essa prática, aparentemente contraditória, visa a conquistar a empatia do interlocutor, convidando-o a se solidarizar e a agir igualmente com simpatia. Ao reconhecer o caráter de nobreza do discurso a ele dirigido, o superior hierárquico tornaria-se mais solícito em relação àquele funcionário. Sempre em busca de reconhecimento por seu trabalho e por sua dedicação e fidelidade ao Rei, o autor emprega as estratégias discursivas construídas pelo universo ideológico da vassalagem.

Com o apoio do preceito de Dijk (2012, p. 32), de que o poder social não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos, conclui-se que o discurso setecentista contido nas cartas ultrapassa a proposta explícita de comunicar a situação administrativa e solicitar orientações. Esse discurso pressupunha o cuidado com a manutenção de seu *ethos* por parte do autor e, em última instância, conduzia à legitimação do poder das autoridades políticas europeias no Brasil colonial.

#### REFERÊNCIAS

- Arruda, J. J. A. (2000). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo 1 (1644 – 1830). São Paulo: EDUSC.
- Bellotto, H. L. (2014). *Arquivo, estudos e reflexões*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Arquivística: Objetos, princípios e rumos*. São Paulo, SP: Associação de Arquivistas de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1979). *O Morgado de Mateus, governador de São Paulo*. Coimbra, PT: Coimbra editora.
- Cambráia, C. N.; Cunha, G.; Megale, H. (2001). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo, SP: Humanitas.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Dijk, T. A. (2012). *Discurso e Poder*. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (org). São Paulo, SP: Editora Contexto.
- Duverger, M. (1983). *Sociologia da política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Freyre, G. (2007). *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Editora Global, 2007.
- Halliday, M.; Matthiessen, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. London, EN: Edward Arnold.
- Hjelmslev, L. (2003). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, FR: Armand Colin.
- Martin, J.; White, P. (2005). *The language of evaluation: Appraisal in English*. Basingstoke, AUS: Palgrave Macmillan.
- Meyer, M. (2003). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona, ES: Gedisa.
- Verney, L. A. (1746). *Verdadeiro Metodo de Estudar, para Ser util à Republica, e à Igreja: Proporcionado ao Estilo, e Necesidade de Portugal*. Valença: Antonio Balle.



Illustríssimo eExcelentíssimo Senhor  
 Dispense, Meu Senhor, a Grandeza  
 de Vossa Excelência que à hum Creado tão  
 afectivo, etão infinita-  
 mente obrigado a Vossa Excelência como eu-  
 sou, lhe seja lícito apro-  
 veitarse da honra que lhe oferecem as oca-  
 zões para poder  
 ter a Satisfação, eo gosto de aparecer todas as  
 vezes quelhe  
 for possivel aos Pes de Vossa Excelência  
 Esta ocasião que me  
 permite a frota, e a obrigação de dar conta  
 a Sua Ma-  
 gestade que Deos goarde das primeiras ideas  
 do meu Gove[r]  
 no, me habilitaõ juntamente para poder p[er]  
 naprezença  
 de Vossa Excelência o meu reverente obse-  
 quio, a sua Veneração  
 com que de toda aparte adõto o respeito de  
 Vossa Excelência e a  
 viva memoria que Sempre tenho das reco-  
 mendações de  
 Vossa Excelência dos seus impreteriveis pre-  
 ceitos, e das innumera-  
 veis Mercês com que Vossa Excelência me-  
 tem engrandecido.  
 Confesso, Senhor, que dezejara ter preza  
 a meu  
 Arbitrio a fortuna: para poder ter prestimo,  
 e adquirir os  
 mayores acertos neste meu emprego; e fazer  
 taes sér-  
 viços a Sua Magestade que Deos guarde e  
 a Vossa Excelência que  
 dezempnase o grande Credito com que  
 o mesmo Senhor

ANEXO I

Carta 1

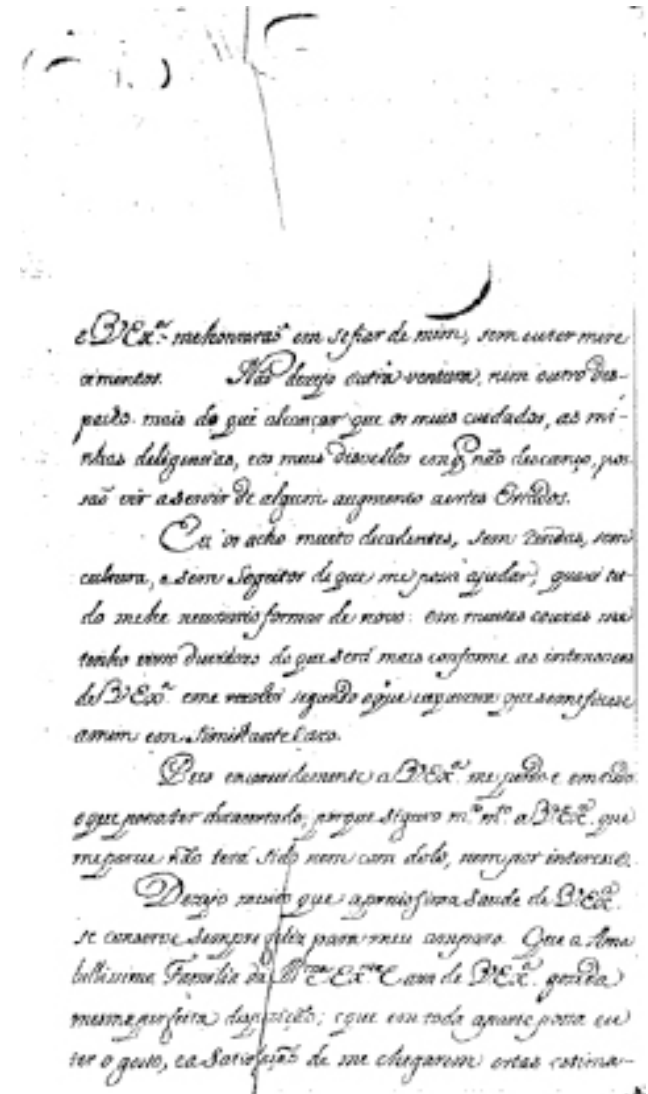
Transcrição  
 semidiplomática

ANEXO I

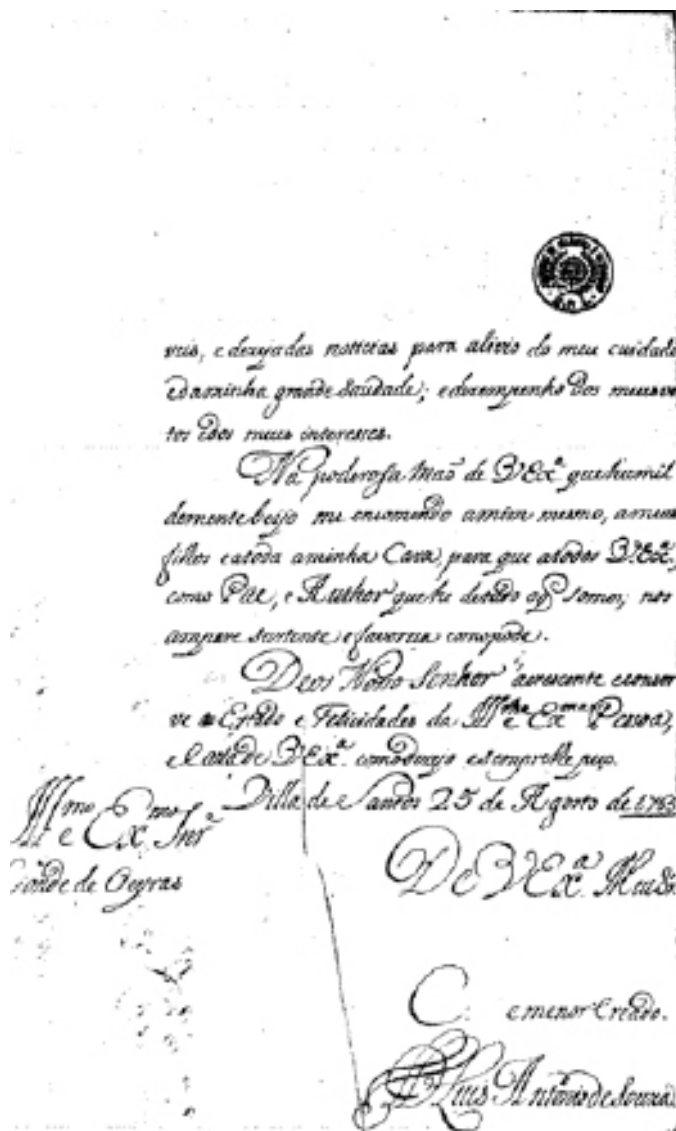
Carta 1

Transcrição  
semidiplomática

e Vossa Excelência me honrará em se fiar de mim, sem euter merecimentos. Não dezejo outra ventura, nem outro despacho mais do que alcançar que os meus cuidados, as minhas diligencias, eos meus disvellos em que não descanso, são vir a servir de algum augmento a estes Estados. Eu os acho muito decadentes, sem rendas, sem cultura, e sem Sogeitos de que me possa ajudar; quazi tudo me he necessario formar de novo: em muitas couzas me tenho visto duvidoso do que será mais conforme as intenções de Vossa Excelência e me rezolvi segundo o que eu quizera que se me fizesse amim em Similhante Cazo. Peco encarecidamente a Vossa Excelência me perdoe em tudo o que possater de desacertado; porque siguro muito muito a Vossa Excelência que me parece não terá sido nem com dolo, nem por interesse. Dezejo muito que a preciosa Saude de Vossa Excelência se conserve sempre feliz para meu amparo. Que a Amabilissima Familia da Illustrissima e Excelentissima Casa de Vossa Excelência gozede sempre a perfeita disposição; e que em toda parte possa eu ter o gosto, e a satisfação de me chegarem estas estima-



e Vossa Excelência me honrará em se fiar de mim, sem euter merecimentos. Não dezejo outra ventura, nem outro despacho mais do que alcançar que os meus cuidados, as minhas diligencias, eos meus disvellos em que não descanso, são vir a servir de algum augmento a estes Estados. Eu os acho muito decadentes, sem rendas, sem cultura, e sem Sogeitos de que me possa ajudar; quazi tudo me he necessario formar de novo: em muitas couzas me tenho visto duvidoso do que será mais conforme as intenções de Vossa Excelência e me rezolvi segundo o que eu quizera que se me fizesse amim em Similhante Cazo. Peco encarecidamente a Vossa Excelência me perdoe em tudo o que possater de desacertado; porque siguro muito muito a Vossa Excelência que me parece não terá sido nem com dolo, nem por interesse. Dezejo muito que a preciosa Saude de Vossa Excelência se conserve sempre feliz para meu amparo. Que a Amabilissima Familia da Illustrissima e Excelentissima Casa de Vossa Excelência gozede sempre a perfeita disposição; e que em toda parte possa eu ter o gosto, e a satisfação de me chegarem estas estima-



## ANEXO I

### Carta 1

#### Transcrição semidiplomática

ANEXO II

Carta 2

Transcrição  
semidiplomática

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor  
Minha Mulher me aviza tem  
requerido a Vossa Excellencia para que eusejarendido no fimdos tres annos  
erecolhido ao Reino:  
Sobreoque mevejo obrigado a dizera Vossa Excellencia  
que minha Mulher obrigadoseu affecto como mulher fas o quedeve; porẽ  
eu como fielvassalo de Sua Magestade que Deos guarde devo sigurara Vossa Excellencia que  
oreferido, naõ hepor insinuaçaõminha, porque eunaõ tenhovon  
tade nemdeir, nemde ficar; senaõ decumprir bem com  
o que Sua Magestade medeterminar: epeçoa Vossa Excellencia que assim odispo  
nha, atendendo somente ao que forutil ao Serviçodomesmo  
Senhor, enaõ aminha particularcomodidade; porque meus filhos graças  
a Deos vivem; aminhaCaza mais alqueire menos alqueire go  
vernase eathe agoranaõ temtidoperda; e ainda que ativera;  
as minhas perdas compouco seremedeaõ: opontohe queoesta  
doe felicidade de Sua Magestade que Deos guarde se augmente, eseconserve, eque  
eu possa teralgumprestimo paralhe fazeralgumServiço.  
Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos anos São Paulo 3 deJulho  
de1767  
De Vossa Excellencia  
Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras.  
Cativo e menorCreado.  
Dom Luis AntoniodeSouza



Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor  
Com esta occaziaõ Meu Senhor; dedar conta a Vossa Excelência  
do quetenho disposto Sobre os negocios presentes do estado des  
ta Capitania, Vou juntamente Aos pés de Vossa Excelência protestar  
a minhafiel obediencia, ereverente escravidão, Edezejar  
a Vossa Excelência a continuação dehuâ Saude mui feLix, Comque  
Nos Seguremos /mediante o vigiLante Zelo de Vossa Excelência/ to=  
dos os augmentos, efelicidades desta Monarchia, EaCon=  
soLação, eamparo dosque como eu tem em Vossa Excelência sSua for=  
tuna, etoda aSua esperança.

Bejo reverente os pés de Vossa Excelência que Deoz  
guarde muitos annos. São PauLo 4 de Agosto de 1767.

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor  
Conde de Oeyras  
De Vossa Excelência  
Cativo emenor Creado.  
Dom Luis AntoniodeSouza

### ANEXO III

#### Carta 3

*Fac-símile e transcrição  
semidiplomática*



#### ANEXO IV

##### Carta 4

##### *Transcrição semidiplomática*

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor  
Busco os Pez  
de Vossa Excellencia adonde asseste sempre o meu  
reverente respeito, e humilde escravidão  
e do modo possível rendo a Vossa Excellencia as gra-  
ças pelos especiaes beneficios que agrandeza  
de Vossa Excellencia está dispendendo continuamen-  
te comigo, e com a minha Caza; Deos  
permita acrescentar a Vossa Excellencia muitos an-  
nos devida para amparo de nós todos, po-  
is sô em Vossa Excellencia esperamos todo o nosso bem,  
e toda a nossa felicidade.  
A Vossa Excellencia dou  
conta de ter cumprido a Ordem por que se  
[[se]] mandou entregar ao Excellentissimo Bispo este  
Collegio em que estava morando; e exponho  
juntamente a Vossa Excellencia o que neste particu-  
lar se oferece.  
Dos mais Negocios dou conta  
pela Secretaria respectiva, e a Vossa Excellencia faço  
presentes as relações que contem em  
suma os Negocios de que trato, e não re-  
meto todas as Copias por me parecer des-  
necessario, que será cançar muito a Vossa Excellencia  
o repetillas.  
Vossa Excellencia será servido dar  
nestas materias as providencias que lhe  
parecem mais justas, illustrando com as

[[as]] suas Sabias Instruçoens omeu  
entendimento, para poder acertar co-  
mo dezejo, não sô em os empregos do Re  
alServiço, maz tambem nos do agrado  
deVossaExcellencia  
Cuja Illustrissima eExcellentissima Pessoa  
nos GuardeDeos muitos anos como dezejamos  
epedimos aomesmo Senhor para nosso amparo,  
edetoda aMonarquia. São Paulo a18  
de Junho de 1774  
Illustrossimo e Excellentissimo Senhor Marquezd’Pombal.  
DeVossaExcellencia  
Cativo emenor Creado.  
DomLuis AntoniodeSouza

#### ANEXO IV

##### *Carta 4*

##### *Transcrição semidiplomática*

